# EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL

## 1. Período colonial e imperial (1500-1822) e (1822-1889)

- Brasil como colônia de Portugal
- capitalismo/exploração econômica: se dava através de ciclos - do pau-brasil, da cana de açúcar, da mineração, do café
- saúde limitava-se aos próprios recursos da terra (plantas, ervas) e por conhecimentos empíricos (curandeiros)
- inexistia um sistema de saúde formalmente estruturado, alta presença dos Boticários (farmacêuticos) pelo país
- grande parte da população utilizava-se da medicina de "folk"[1]
- a alta da sociedade tinha acesso aos profissionais legais da medicina, que eram trazidos de Portugal
- vinda da família real: criou a necessidade da organização de uma estrutura sanitária mínima
- Até 1850 as atividades de saúde pública estavam limitadas ao seguinte:

➢Atribuições sanitárias às juntas municipais;

➢Controle de navios e saúde dos portos;

[1] A medicina popular/"folk" é um conjunto de conhecimentos, práticas e crenças relacionados à saúde e ao bem-estar que são transmitidos de geração em geração por meio da tradição oral

## 2. Primeira República a revolução de 30 (1889-1930)

- Epidemias de doenças transmissíveis (febre amarela e malária)→ impacto na mortalidade nas cidades dos países periféricos, causando prejuízo ao comércio e dificultando a expansão do capitalismo.
- Incentivo público às pesquisas biomédicas sobre as doenças tropicais e à formação de equipes de trabalho organizadas em moldes militares, capazes de intervir com disciplina e eficácia quando necessário.
- Criação das campanhas sanitárias (controlou processos epidêmicos)
- 1900: Criação do Instituto Soroterápico Federal (objetivo de fabricar soros e vacinas contra a peste), utilizado como base de apoio para Oswaldo Cruz (Diretor-Geral de Saúde Pública/Ministro da Saúde)
- Política Sanitária[2]

[2] A polícia sanitária adotou medidas rigorosas para o combate ao mal amarílico, inclusive multando e intimando proprietários de imóveis insalubres a demoli-los ou reformá-los. As brigadas; mata-mosquitos percorriam a cidade, limpando calhas e telhados, exigindo providências para proteção de caixas d'água, colocando petróleo em ralos e bueiros e acabando com depósitos de larvas e mosquitos.

- 1904: Reforma Oswaldo Cruz: Continuou a defesa sanitária dos portos brasileiros. Tornou obrigatória, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola (medidas draconianas que enfureceram a população, gerando a REVOLTA DA VACINA).

- 1920: Carlos Chagas criou o Departamento Nacional de Saúde Pública

- A reforma Carlos Chagas, de 1923, tentou ampliar o atendimento à saúde por parte do poder central.

- Lei Elói Chaves (1923) instituiu Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) [3]organizadas graças à luta de classes trabalhadoras mais articuladas politicamente (ferroviários, estivadores e os marítimos)

- 1930: Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (serviços relacionados com a saúde pública).

[3] "As CAPs eram financiadas pela União, pelas empresas empregadoras e pelos empregados. Elas eram organizadas por empresas, de modo que só os grandes estabelecimentos tinham condições de mantê-las. O presidente das mesmas era nomeado pelo presidente da República e os patrões e empregados participavam paritariamente da administração. Os benefícios eram proporcionais às contribuições e foram previstos: assistência médica-curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensão para os dependentes e auxílio funeral"
(Bravo, 2001, p. 3).

**3. Dos anos 30 ao golpe militar de 64;**

- Getúlio Vargas assume o poder com um papel regulador na economia visando a industrialização. Atendimento Centralizado

- 1930: Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP)- instrumento burocrático para consolidar uma estrutura de serviços em todas as regiões do Brasil, prestando atendimento inclusive à área rural.

- Criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que pretendia promover a ampliação da CAPs.

- 1937: Criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), dentro do Ministério da Educação e Saúde (seu objetivo foi melhorar a saúde em áreas específicas do território brasileiro para otimizar a produção de matérias-primas como borracha e minérios).

- 1941: foram criados 12 serviços nacionais relacionados a doenças específicas e duas novas divisões: a Divisão de Organização Sanitária e a Divisão de Organização Hospitalar;

- 1942: I Conferência Nacional de Saúde

- 1948: Criação do primeiro Conselho de Saúde (Quanto melhores as condições de saúde da

população, maiores seriam as possibilidades econômicas de um país).

- 1953: Criação do Ministério da Saúde encarregado de cuidar das ações que tinham como foco a prevenção das doenças (modelo prioritário de saúde se configura como hospitalocêntrico, ou seja, voltado à assistência e o atendimento hospitalar, cada vez mais voltada para as especialidades médicas)

**4. Ditadura Militar (1964 a 1985).**

- Com o golpe militar de 1964 a situação da saúde passou a não ser mais considerada como uma política de bem-estar-social (intervenção do estado).
- unificação de todas as IAPs, concentrando recursos financeiros e ampliando a compra de serviços da rede privada e afastando os trabalhadores das decisões a serem tomadas.
- A política econômica adota uma postura para aumentar a produtividade (Milagre Econômico), a produção da saúde continuava em sua maioria previdenciária, onde os serviços eram oferecidos apenas para os contribuintes.
- Grande parcela da população ainda não tinha direito à atenção à saúde.
- A situação epidemiológica do país predominava as doenças infectocontagiosas e os investimentos da saúde pública desprezados
- Movimento sanitário[4] emergia nas Universidades.
- 1974: Ministério da Previdência e Assistência Social.
- 1975: Início da implantação, em todo país, do sistema de registro de doses de vacinas aplicadas.
- Criação do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), que estendeu serviços de Atenção Básica à Saúde no Nordeste.

**5. 1986 a dias atuais**

- Publicação e distribuição da primeira edição do Manual de Procedimentos para Vacinação.
- 8ª Conferência Nacional de Saúde: Marco da Reforma Sanitária. A Saúde com Direito; Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.
- 1988: Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (Arts. 196 a 200 Seção II Da Saúde).

[4] "A saúde é um direito de todo cidadão, independente de contribuição ou de qualquer outro critério de discriminação; as ações de saúde devem estar integradas em um único sistema, garantindo o acesso de toda população a todos os serviços de saúde, seja de cunha preventivo ou curativo; a gestão administrativa e financeira das ações de saúde deve ser descentralizada para estados e municípios; e o Estado deve promover a participação e o controle social das ações de saúde"
(Baptista, 2007, p. 43).